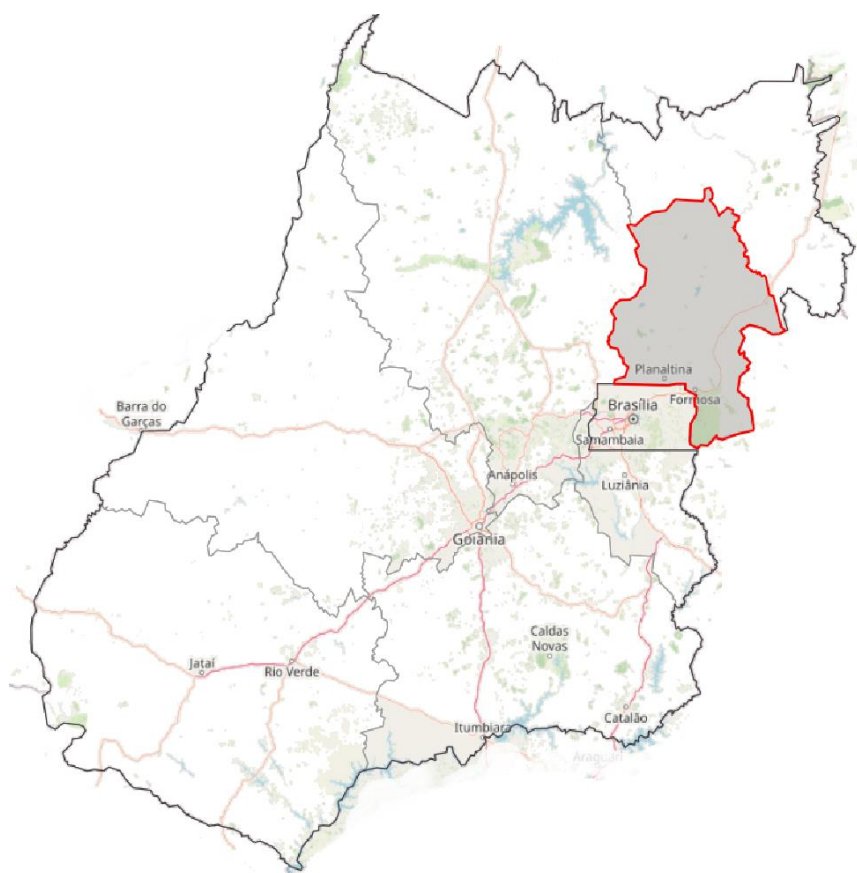


PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE 2024-2027



**FORMOSA
2024**

**PAREPS - PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM
SAÚDE - ENTORNO NORTE – FORMOSA – GOIÁS / 2024-2027**

**PRESIDENTE DA CIES
JÚLIA BEATRIZ DANI RINALDI**

COORDENADORA DA CIR
DANIELA BORGES MENEZES
VICE COORDENADOR DA CIR
HENRIQUE VIEIRA DE SOUSA

COORDENADORA DE EPS DA REGIONAL DE SAÚDE ENTORNO NORTE

Jerulina de Sousa Pires

COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO / REVISÃO

Dalmi Gonçalves dos Santos

Henrique Vieira de Sousa

Maria Sueli Gonçalves

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Dalmi Gonçalves dos Santos

Flávio de Abreu Lima

Letícia de Jesus dos Reis

Henrique Vieira de Sousa

Suraia Saraiva Alves

DIGITAÇÃO, FORMATAÇÃO E REVISÃO ORTOGRÁFICA

Dalmi Gonçalves dos santos

Maria Sueli Gonçalves

Nádia de Bona Porton

COLABORADORES

Flávio Abreu

Gilvan Francisco Alves

Gladys Taveira Faria Ulhôa

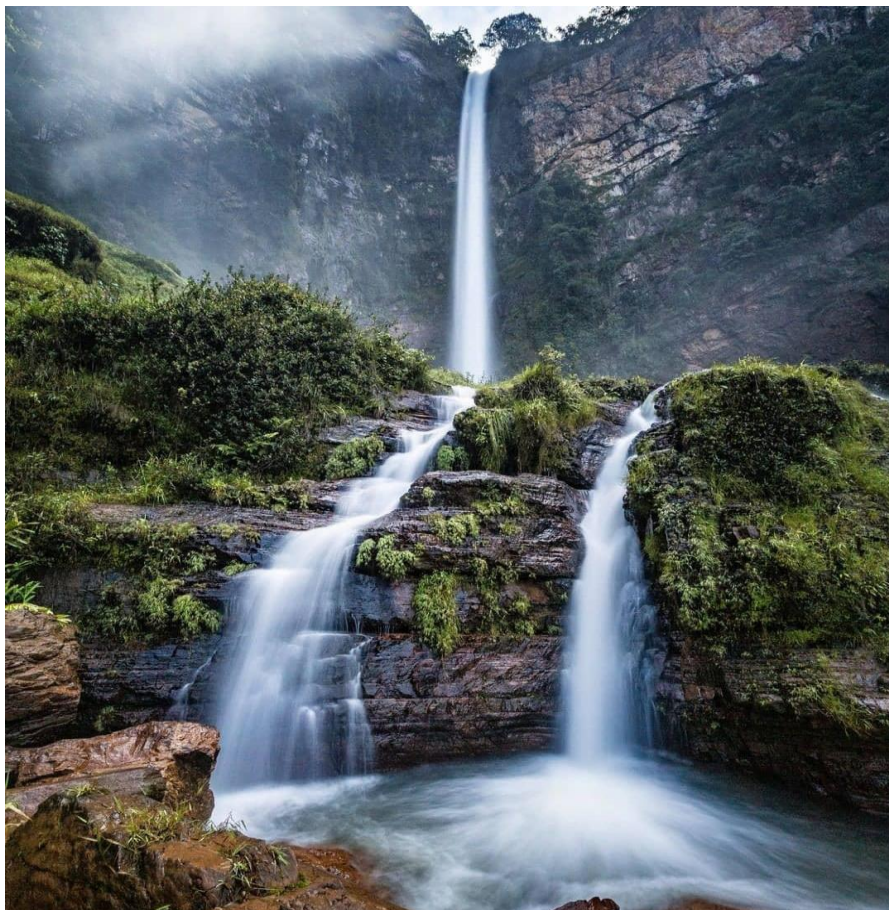
Willer Viana dos Santos/ Vigilância do Óbito

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIONAL ENTORNO NORTE - FORMOSA/GOIÁS	5
1.1.2 Água Fria de Goiás.	5
1.1.3 Alto Paraíso de Goiás.	6
1.1.4 Cabeceiras de Goiás.	7
1.1.5 Flores de Goiás.....	7
1.1.6 Formosa/Go	7
1.1.7 Planaltina de Goiás.....	8
1.1.8 São João D'Aliança.....	9
1.1.9 Vila Boa/Go.	9
2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE SAÚDE ENTORNO NORTE	10
2.0 Características das Ações e Serviços de Saúde	23
2.1 Coberturas da Atenção à Saúde da Região de Saúde.....	23
2.1.1 Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar.....	25
2.1.1.2.5 Urgência e Emergência.....	35
2.1.1.2.6 Atenção Psicossocial	35
2.1.1.2.7 Vigilância em Saúde	35
3.0 Identificação dos Problemas de Saúde.....	42
4.0 Caracterização da necessidade de formação em saúde	48
5.0 Priorização dos problemas encontrados	49
6.0 Atores envolvidos:.....	49
7.0 Relação entre os Problemas e as Necessidades de Educação Permanente em Saúde	50
7.0 Processo de Avaliação do Plano	50
8.0 Recursos envolvidos para execução do Plano.....	50
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Cachoeira do Salto de Itiquira, localizada no município de Formosa, sede da Regional de Saúde Entorno Norte/Goiás



A Educação Permanente em Saúde (EPS) constitui-se como um eixo estruturante para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ao articular os processos de formação e desenvolvimento dos trabalhadores com as necessidades concretas dos serviços e dos territórios. Instituída pela Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) definiu a EPS como uma estratégia político-pedagógica voltada à transformação das práticas em saúde a partir da problematização do cotidiano do trabalho.

Nesse contexto, foi criada a Comissão Integrada de Ensino em Saúde (CIES), instância colegiada e regionalizada responsável pela articulação entre gestão, ensino,

controle social e trabalhadores. A CIES tem como finalidade qualificar a gestão da educação em saúde por meio do planejamento e execução de ações formativas nos níveis técnico, de graduação e pós-graduação, considerando as especificidades regionais e as diretrizes do SUS. Seu papel é fundamental na construção de práticas mais integradas, resolutivas e coerentes com os princípios da integralidade e da territorialização.

A EPS, por sua vez, assume uma função organizadora e ordenadora dos processos de trabalho em saúde, promovendo a integração entre ensino, serviço e gestão. O ambiente de trabalho é concebido como espaço privilegiado de aprendizagem, produção de conhecimento e desenvolvimento profissional contínuo. As ações educativas, baseadas na problematização e na reflexão crítica, buscam transformar os modos de pensar, agir e produzir cuidado, respeitando a complexidade dos sujeitos e das realidades locais.

Como instrumento de planejamento e gestão da EPS em âmbito estadual, o Plano de Ação Regional de Educação para a Saúde (PAREPS) visa responder às demandas formativas de diferentes segmentos – trabalhadores, gestores, instituições de ensino e instâncias de controle social. Alinhado à PNEPS e articulado com outras políticas públicas, como as de Assistência Social, Educação e Habitação, o PAREPS fortalece a qualificação profissional de forma intersetorial e integrada.

Adicionalmente, a Portaria GM/MS nº 3.194, de 28 de novembro de 2017, institui o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PRO EPS-SUS), reforçando o compromisso institucional com a valorização dos profissionais de saúde e a consolidação da EPS como ferramenta estratégica para o aprimoramento contínuo da atenção e da gestão em saúde.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIONAL ENTORNO NORTE - FORMOSA/GOIÁS

1.1.2 Água Fria de Goiás.

Água Fria de Goiás está situada na mesorregião do Leste Goiano, integrando a microrregião do Entorno de Brasília. O município possui uma área territorial de 2.023,64 km² e, segundo dados do IBGE (2022), sua população é de 4.954 habitantes. A faixa

etária predominante está entre 35 e 39 anos, com 219 homens e 204 mulheres nessa faixa. A densidade demográfica é de 2,45 habitantes por km². Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município foi de R\$ 91.260,12. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado em 2010, foi de 0,671, o que indica um nível médio de desenvolvimento. A economia local é sustentada principalmente pelas atividades agropecuárias, com destaque para a pecuária e a agricultura. No setor turístico, o principal atrativo natural é o Eco Cerrado, onde se encontra a Cachoeira do Aleixo, um dos cartões-postais da região.

1.1.3 Alto Paraíso de Goiás.

O município de Alto Paraíso de Goiás está localizado na mesorregião do Norte Goiano e integra a microrregião da Chapada dos Veadeiros. Possui uma área territorial de 2.594,998 km² e, de acordo com o IBGE (2022), conta com uma população de 10.306 habitantes. A faixa etária predominante está entre 35 e 39 anos, sendo 480 homens e 508 mulheres nessa faixa. A densidade demográfica é de 3,97 habitantes por km², evidenciando a baixa ocupação do território.

O município apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 38.319,04, conforme dados de 2021. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado em 2010, foi de 0,713, valor classificado como alto, o que indica boas condições nos indicadores de longevidade, educação e renda.

A economia local é fortemente orientada pelo ecoturismo, atividade que impulsiona os setores de comércio, serviços, hospedagem e alimentação, sendo a principal fonte de geração de renda para o município. Alto Paraíso é amplamente reconhecido por sua vocação ambiental e turística, integrando a zona turística do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, além de compor a Reserva da Biosfera Goyaz, reconhecida pela UNESCO.

O município é considerado um relicário ecológico do Cerrado brasileiro, com grande riqueza natural que atrai turistas nacionais e internacionais. Dentre seus principais atrativos destacam-se as cachoeiras Almécegas, Cachoeira do Segredo, Morada do Sol, Morro da Baleia, Cânion Fiandeiras – Sete Quedas, entre outras. Essas

paisagens naturais constituem um valioso patrimônio ambiental e representam um dos pilares do desenvolvimento sustentável da região

1.1.4 Cabeceiras de Goiás.

O município de Cabeceiras se localiza na mesorregião do Leste goiano e microrregião do Entorno de Brasília, com área territorial de 1.126,434 km². Faz parte da Região Integrada do Distrito Federal – RIDE. A população é de 7.560 pessoas, com faixa etária prevalente entre 20 e 24 anos, sendo 324 sexos masculino e 306 sexos feminino. A densidade demográfica é de 6,71 hab/km², com um PIB em 2021 de R\$ 58.772,45. O IDMH de 0,668. A economia do município é baseada em agropecuária (IBGE, 2022). Seus principais pontos turísticos são o Recanto da Cachoeira, Lagoa do Mato Grande, além da existência de nascentes e córrego como Bezerra, Urucuia, Taboca, Roncador dentre outros.

1.1.5 Flores de Goiás.

Flores de Goiás localiza-se na mesorregião do leste goiano e microrregião do Vão do Paranã, com área territorial de 3.695,106, faz parte da Região Integrada do Distrito Federal – RIDE. A população em 2022 era de 13.744 pessoas. Com faixas etárias prevalentes entre 15 e 19 anos, sendo 659 sexos masculino e 568 e sexo feminino, e de 40 a 44 anos, representando 533 sexos masculino e 589 sexos feminino. A densidade demográfica é de 3,72 hab/km², com PIB de 2021 de 14.409,16 em 2021. O IDMH de 0,597. A economia do município é baseada na agropecuária (IBGE, 2022). Seus principais pontos turísticos são a cachoeira do lajeado, do Cometa, além de trilhas.

1.1.6 Formosa/Go

Formosa é um município estratégico localizado na mesorregião do Leste Goiano, mais especificamente na microrregião do Entorno de Brasília. Sua formação se deu com a incorporação de suas terras, juntamente com as de Planaltina e Luziânia, para a criação do Distrito Federal. A cidade integra a Região Integrada do Distrito Federal

(RIDE) e se destaca como a maior da Região do Entorno Norte, abrangendo uma área territorial de 5.804,292 km².

Situada às margens da rodovia federal BR-020, Formosa funciona como um polo para pactuações de serviços especializados e é a sede da Coordenação Regional de Saúde Entorno Norte. Em 2022, sua população era de 115.901 pessoas, com prevalência de indivíduos entre 20 e 24 anos (4.958 do sexo masculino e 5.078 do sexo feminino). A densidade demográfica registrada foi de 19,97 hab/km², e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) alcançou 0,744 (IBGE 2022). O Produto Interno Bruto (PIB) do município não foi informado no texto original.

A economia de Formosa é predominantemente baseada no agronegócio. Além disso, o município é rico em atrativos naturais e históricos. Seus principais pontos turísticos incluem o Parque Municipal do Itiquira, que abriga uma das maiores quedas d'água do Brasil, com cerca de 168 metros. A 25 quilômetros do centro, na nascente do Rio Itiquira, encontra-se um complexo de cachoeiras, formando a Cachoeira do Indaiá, a Cachoeira Véu de Noiva e o Salto do Itiquira. A região também oferece um sítio arqueológico, trilhas, uma caverna, um muro colonial de pedras construído por escravos e uma rampa de voo livre, conforme informações dos Relatórios das Áreas de Risco do Estado de Goiás.

1.1.7 Planaltina de Goiás.

Planaltina de Goiás está situada na mesorregião do Leste Goiano e na microrregião do Entorno de Brasília, integrando a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE). O município possui uma área territorial de 2.558,924 km².

Em 2022, a população de Planaltina de Goiás era de 105.031 pessoas, com predominância da faixa etária entre 20 e 24 anos (4.648 do sexo masculino e 4.564 do sexo feminino). A densidade demográfica registrada foi de 41,04 habitantes por km², e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, conforme dados de 2022, era de R\$15.906,74. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 era de 0,669 (IBGE, 2022).

A economia local é fortemente baseada na agricultura, com destaque para o

cultivo de milho, mandioca e frutas cítricas.

Entre os principais pontos turísticos de Planaltina de Goiás, destacam-se a Lagoa Formosa, a nascente do Rio Maranhão, a Rampa de Voo Livre do Vale do Paranã e a Gruta dos Milagres, que abriga um sítio arqueológico milenar.

1.1.8 São João D'Aliança

São João d'Aliança, um município de relevância no cenário goiano, está situado na mesorregião do Norte de Goiás, inserido na microrregião da Chapada dos Veadeiros. Sua área territorial abrange 3.334,455 km².

De acordo com dados do IBGE de 2021, a população de São João d'Aliança é de 14.041 habitantes, com uma densidade demográfica de 4,21 hab/km². A faixa etária predominante é entre 25 e 29 anos, totalizando 783 indivíduos do sexo masculino e 609 do sexo feminino. No aspecto econômico, o município tem sua base na agropecuária, com forte destaque para a pecuária de corte (IBGE, 2022). O Produto Interno Bruto (PIB) per capita de São João d'Aliança é de R\$ 39.519,42, e seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registra 0,685.

São João d'Aliança é também um polo de ecoturismo, abrigando diversos pontos turísticos notáveis. Entre eles, destacam-se o Santuário Bocaina do Farias e um complexo de cachoeiras impressionantes: a Cachoeira do Macacão, a Cachoeira do Dragão e a imponente Cachoeira do Label. Com 187 metros de altura, a Cachoeira do Label é reconhecida como a maior cachoeira do estado de Goiás e figura entre as seis maiores do Brasil, conforme Relatórios das Áreas de Risco do Estado de Goiás.

1.1.9 Vila Boa/Go.

Vila Boa, um município que integra o cenário goiano, está situada no Planalto Central, especificamente na região Nordeste do Estado de Goiás. Geograficamente, localiza-se na mesorregião do Leste Goiano e na microrregião do Entorno de Brasília. Sua área territorial é de 1.052,593 km².

Conforme dados do IBGE de 2022, a população de Vila Boa é de 4.215 habitantes, com uma densidade demográfica de 4 hab./km². A faixa etária predominante é entre

15 e 19 anos, totalizando 210 indivíduos do sexo masculino e 180 do sexo feminino. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita registrado em 2021 foi de R\$ 27.886,97, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,647. A economia do município é fundamentada na agropecuária, refletindo a vocação rural da região.

Para os amantes da natureza, Vila Boa oferece belos atrativos turísticos, com destaque para suas cachoeiras. Entre as principais estão a Cachoeira das Andorinhas, a Cachoeira Grande e as Cachoeiras das Orquídeas, que convidam à exploração e ao contato com o meio ambiente local.

2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE SAÚDE ENTORNO NORTE

A Região de Saúde Entorno Norte é composta por oito municípios: Água Fria de Goiás, Alto Paraíso de Goiás, Cabeceiras de Goiás, Flores de Goiás, Formosa, Planaltina de Goiás, São João D'Aliação e Vila Boa. A região ocupa aproximadamente 1,24% do território do Estado de Goiás, com uma área de 22.216,91 km² e uma população estimada em 268.808 habitantes.

Os limites territoriais foram definidos pela Lei Complementar Federal nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Essa legislação reforçou a regionalização como um instrumento estratégico, não apenas para o planejamento, mas também para a promoção do desenvolvimento equilibrado no estado (Plano Diretor do Estado de Goiás).

A região destaca-se por suas belezas naturais e por sua relevância ambiental e biológica, sendo considerada uma referência no estado de Goiás. Seu potencial turístico atrai visitantes do Brasil e do exterior, especialmente para a prática de esportes de aventura como trilhas, rapel e mergulho (Fonte: Câmara Municipal de Formosa, 2024).

No que se refere à Atenção Primária à Saúde (APS), todos os municípios da região possuem 100% de cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), 67% de cobertura de saúde bucal e 80,83% de cobertura por Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Os municípios de Formosa e Planaltina de Goiás contam com equipes do programa Saúde na Hora, ampliando o acesso com horários estendidos de atendimento.

Entretanto, a Análise de Situação de Saúde (ASIS) identificou inconsistências nos dados registrados nos sistemas de informação da APS. Embora todos os municípios estejam em funcionamento com equipes completas ou parciais, persistem falhas no uso

de ferramentas como o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e o e-SUS APS, dificultando o cruzamento e a análise de informações. Em áreas rurais e descobertas, os atendimentos são realizados por meio de mutirões itinerantes, com uso de unidades móveis adaptadas com consultórios médico-odontológicos.

Essas fragilidades apontam que o processo de regionalização e territorialização ainda ocorre sem o devido planejamento das ações, resultando em deficiências na coleta, registro e uso de dados. Essa “situação silenciosa” compromete o diagnóstico real das necessidades de saúde da população e prejudica a implementação de políticas públicas mais efetivas.

Embora o Estado de Goiás tenha investido na Planificação da Atenção Primária à Saúde, com adesão inicial dos gestores municipais, não houve continuidade nas estratégias propostas. Ainda é comum a subnotificação de dados e o subaproveitamento das informações existentes, o que limita seu uso como ferramenta de planejamento e tomada de decisão em saúde.

Figura 01: Macrorregião de Saúde/Goiás – 2024

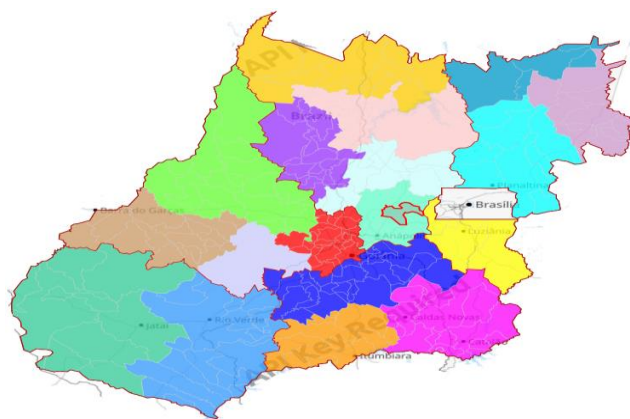
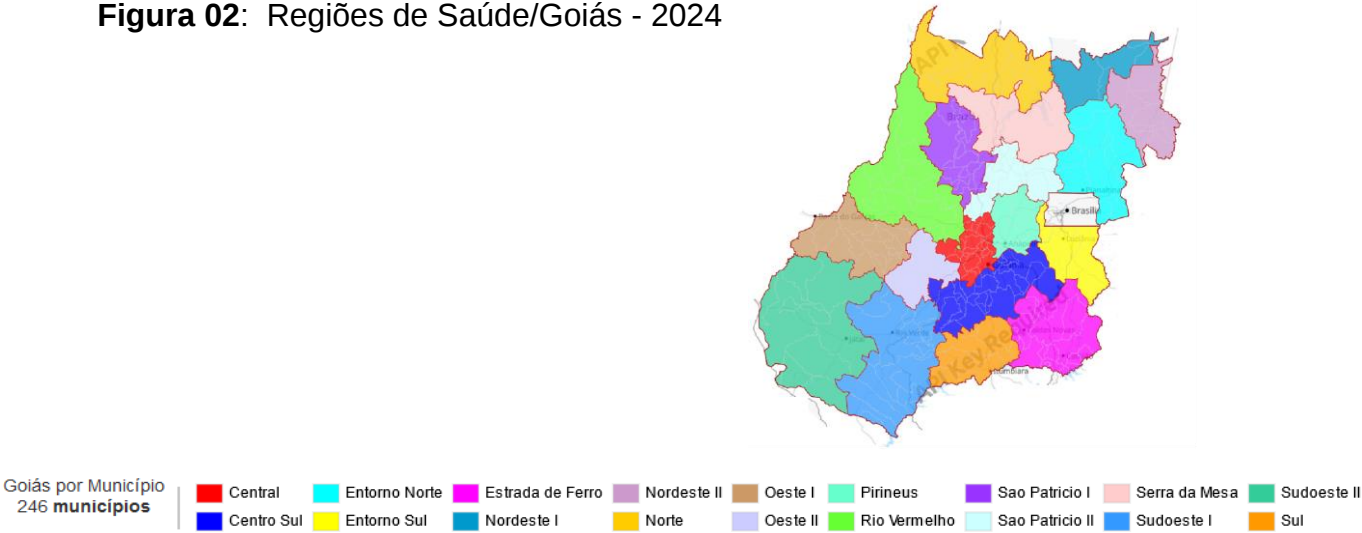


Figura 02: Regiões de Saúde/Goiás - 2024



Fonte: <https://goias.gov.br/saude/regioes-de-saude-post/>

Tabela 01: População – Goiás, 2024

Residentes Região de Saúde Entorno Norte – 2024	
Município	População 2022
Goiás	7.056.495
Água Fria de Goiás	4.954
Alto Paraíso de Goiás	10.306
Cabeceiras de Goiás	7.560
Flores de Goiás	13.744
Formosa/Go	115.901
Planaltina de Goiás	105.031
São João D’Aliança	14.041
Vila Boa/Go	4.215

Fonte: IBGE 2022, Extraído em agosto de 2024

Abaixo, segue a tabela 02, mostrando de forma detalhada a área territorial, densidade demográfica e Índice de Desenvolvimento Humano por região de Saúde de Goiás – Entorno Norte.

Tabela 02: População – Goiás, 2024

MUNICÍPIO	Território Km ² IBGE-2022	Densidade Demográfica hab/ Km ² - IBGE-2022	I DMH BGE-2010	IDH
Goiás	340.242,859 km ²	20,74	- -	0,737
Água Fria de Goiás	2.023,636 Km ²	2,45 hab./ Km ²	0,671	
Alto Paraíso de Goiás	2.594,998 Km ²	3,97 hab./ Km ²	0,713	
Cabeceiras de Goiás	1.126,434 Km ²	6,71 hab./ Km ²	0,668	
Flores de Goiás	3.695,106 Km ²	3,72 hab./ Km ²	0,597	
Formosa/Go	5.804,292 Km ²	19,97 hab./ Km ²	0,744	
Planaltina de Goiás	2.558,924 Km ²	41,04 hab./ Km ²	0,669	
São João D'Aliança	3.334,455 Km ²	4,21 hab./ Km ²	0,685	
Vila Boa/Go	1.052,593 Km ²	4,00 hab./ Km ²	0,647	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – Censo 2022.

Com base nos dados do Censo 2022, o Estado de Goiás apresenta uma densidade demográfica de 20,74 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²), totalizando uma população de 7.056.495 pessoas. Contudo, ao focar na Região Entorno Norte, verifica-se que esta concentra menos de 4% da população goiana.

A distribuição populacional dentro da própria Região Entorno Norte é altamente irregular. O município de Formosa, sede da regional de saúde, destaca-se por abrigar aproximadamente 42% da população total da região. Em contrapartida, Vila Boa apresenta o menor índice populacional, representando menos de 2% do total regional.

Essa disparidade resulta em uma diferença populacional expressiva de mais de 110.000 habitantes entre o maior e o menor município da região, evidenciando um desafio significativo para o planejamento e a distribuição equitativa de serviços e recursos públicos.

Tabela 03: Residentes por Região de Saúde Entorno Norte, por município, por sexo - 2024

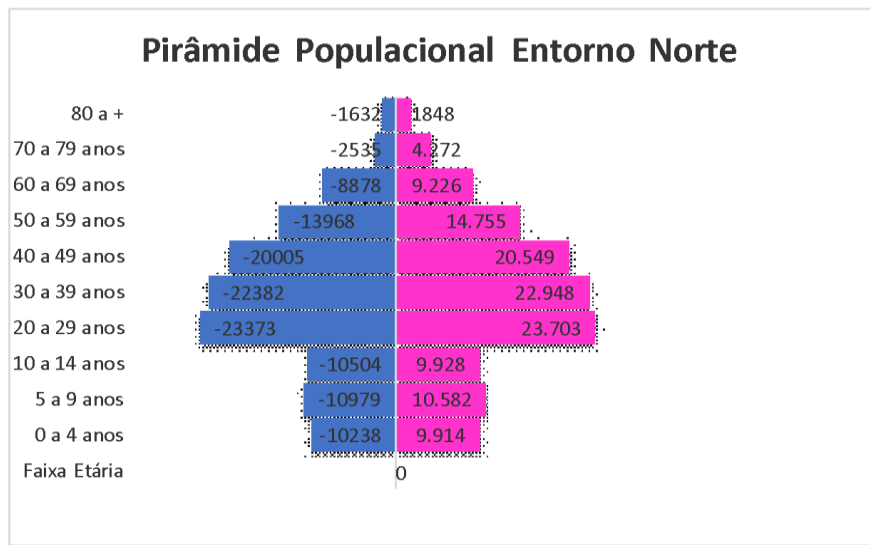
Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
0 a 4 anos	10.238	9.914	20.152
5 a 9 anos	10.979	10.582	21.551
10 a 14 anos	10.504	9.928	20.432
20 a 29 anos	23.373	23.703	47.076
30 a 39 anos	22.382	22.948	45.330
40 a 49 anos	20.005	20.549	40.554
50 a 59 anos	13.968	14.755	25.723
60 a 69 anos	8.878	9.226	18.104
70 a 79 anos	2.535	4.272	6.807
80 a +	1.632	1.848	3.480

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – Censo 2022 em agosto de 2024.

A tabela apresentada detalha a distribuição da população por faixas etárias distintas, segmentada por sexo (Homens e Mulheres), e o total em cada grupo. Essa estrutura de dados é fundamental para a compreensão da pirâmide populacional da região, indicando padrões de natalidade, mortalidade e envelhecimento.

Em suma, a estrutura populacional revela uma sociedade com uma base jovem expressiva e uma proporção considerável de adultos em idade produtiva, com o desafio crescente de atender às necessidades de uma população idosa que, embora menor, tende a crescer e a ter maior representatividade feminina nas faixas etárias mais elevadas.

Gráfico 01: Pirâmide Etária Regional - 2024



Fonte: IBGE - Censo 2022 em agosto de 2024

Tabela 04: Condições Socioeconômicas, Culturais, Epidemiológicas e Sanitárias

Município	PIB (2021)	IDHM (2010)	Taxa urbanização (2010)	Esgotamento (2010)
Água Fria de Goiás	R\$ 91.260,12	0,671	15,9% (2010)	0,9%
Alto Paraíso de Goiás	R\$ 38.319,04	0,713	4,4% (2010)	45,8%
Cabeceiras de Goiás	R\$ 58.772,45	0,668	1,3% (2010)	22,8%
Flores de Goiás	R\$ 14.409,16	0,597	96,6 (2010)	21,1%
Formosa/Go	R\$ 25.836,62	0,744	31,49 (2010)	42,9%
Planaltina de Goiás	R\$ 15.906,74	0,669	24,55 km² (2019)	24,2 %
São João D’Aliança	R\$ 39.519,42	0,685	3,45 km² (2019)	6,3 %
Vila Boa/Go	R\$ 27.886,97	0,647	1,24 km² (2019)	25,3 %

Fonte: Censo, 2022

Tabela 05: Condições Formais de Trabalho Região de Saúde – Entorno Norte, Goiás

	Trabalho Formal		
Município	salário médio mensal, em salário-mínimo (2022)	Pessoal ocupado (2022)	População ocupada (2022)
Água Fria de Goiás	2,2 salários-mínimos	787 pessoas	15,89%
Alto Paraíso de Goiás	1,7 salários-mínimos	2.892 pessoas	28,06%
Cabeceiras de Goiás	2,1 salários-mínimos	1.280 pessoas	16,93%
Flores de Goiás	1,8 salários-mínimos	1.023 pessoas	7,44%
Formosa/Go	2,0 salários-mínimos	25.740 pessoas	22,21%
Planaltina de Goiás	2,0 salários-mínimos	10.286 pessoas	9,79 %
São João D'Aliança	1,9 salários-mínimos	1,762 pessoas	12,55%
Vila Boa/Go	2 salários-mínimos	1,120 pessoas	26,57

Fonte: Censo 2022

Tabela 06: Porcentagem de crianças de 6 a 14 Anos Matriculados no Ensino Fundamental Rede Pública - Goiás

	Matrícula Por Ano – Entorno Norte, 2024
Município	TX de escolarização 06 a 14 anos
Água Fria de Goiás	97,4% (2010)
Alto Paraíso de Goiás	98% (2010)
Cabeceiras de Goiás	96,4% (2010)
Flores de Goiás	96,6% (2010)
Formosa/Go	96,6% (2010)
Planaltina de Goiás	96,4 % (2010)
São João D'Aliança	96% (2010)
Vila Boa/Go	96% (2010)

Fonte: Censo 2022

Tabela 07: Número de Matrículas nas Modalidades de Ensino Fundamental na Rede Pública – Goiás

	Matrícula Por Ano Iniciais e Finais do Ensino Fundamental - Entorno Norte	
Município	IDEB - Anos Iniciais	IDEB- Anos Finais
Água Fria de Goiás	4,5 (2021)	4,3 (2021)
Alto Paraíso de Goiás	5,5 (2021)	4,2 (2021)
Cabeceiras de Goiás	5,7 (2021)	6,4 (2021)
Flores de Goiás	4,4 (2021)	6,2(2021)
Formosa/Go	5,0 (2021)	5,2 (2021)
Planaltina de Goiás	4,9 (2021)	4,0 (2021)
São João D'Aliança	4,9 (2021)	4,6 (2021)
Vila Boa/Go	5,3 (2021)	5,0 (2021)

Fonte: IBGE, 2022

Tabela 08: Profissionais da Educação Por Município - Goiás

Profissionais da educação – Entorno Norte 2024						
Municípios	Docentes ensino fundamental	Docentes ensino médio	Estabelecimento ensino Fundamental	Estabelecimento ensino médio	Matrícula ensino fundamental	Matrícula ensino médio
Água Fria de Goiás	49	32	05	02	695	184
Alto Paraíso de Goiás	73	27	08	3	1.448	263
Cabeceiras de Goiás	62	25	7	2	939	286
Flores de Goiás	83	23	12	2	1.252	400
Formosa/Go	668	303	66	20	15.410	4.170
Planaltina de Goiás	733	211	53	13	15.882	3.399
São João D'Aliança	115	36	10	2	1.775	323
Vila Boa/Go	29	16	5	1	703	221
Total	1.812	673	166	45	38.104	9.025

Fonte: Censo 2023, extraída em outubro de 2024

Tabela 09: Instituições Formadoras à nível Superior –Entorno Norte, Goiás, 2024

Município	Faculdade	Cursos
Formosa	Faculdades integradas - IESGO	Biomedicina, Medicina Veterinária, Farmácia, Fisioterapia, Psicologia, Pedagogia, Direito, Administração, Agronomia, BSI, Ciências Contábeis
	IF Goiano	Engenharia civil, Ciências Biológicas e Ciências Sociais, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema
	Especialização	Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EAD)
	Universidade Estadual de Goiás	Pedagogia, Geografia, Letras, História e Química
	UNI-RV	Medicina
	Uniasselvi	Enfermagem, Biomedicina, Administração, Nutrição, Serviço Social, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Agronomia, Relações Públicas, Administração Pública
	Unopar (PÓS)	Saúde Pública, Nutrição no Transtorno do Espectro Autista, Abordagem Multidisciplinar em Oncologia (TEA), Farmácia Clínica e Prescrição Farmacêutica.

Como apresenta a área da Saúde, uma dependência à Formosa. O ensino superior também aparece com essa tendência, conforme observam na tabela abaixo, as instituições de Ensino Superior Tradicional pública e privada estão centralizadas no município de Formosa.

Enquanto que no ensino médio observa 211 estabelecimentos, com 9.025 jovens matriculados. Vale ressaltar que a tabela não reflete a realidade concreta dos jovens da região, uma vez que a Rede de Ensino Particular não foi contabilizada neste trabalho.

Tabela 10: Taxa de Mortalidade Geral por Município – Goiás

Região de Saúde Entorno Norte – 2023													
Municípios	janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Água Fria de Goiás	0	0	1	2	8	1	4	1	2	1	2	2	24
Alto Paraíso de Goiás	1	4	2	2	3	5	4	2	1	2	6	8	40
Cabeceiras	5	3	4	5	5	8	4	4	5	3	4	0	50
Flores de Goiás	6	0	6	3	4	4	6	3	5	7	5	7	56
Formosa	60	58	52	61	59	62	58	64	59	67	50	57	707
Planaltina	44	33	33	37	42	39	31	36	29	44	51	37	456
São João d'Aliança	3	11	5	7	7	2	6	0	5	1	3	5	55
Vila Boa	1	2	0	3	0	3	0	1	4	0	1	2	17
RSEN	120	111	103	120	128	124	113	111	110	125	122	118	1405

Fonte: Datasus TabNET

Tabela 12: Componentes de Saúde nos Municípios da Região Entorno Norte

Capacidade Instalada Componentes de saúde- Entorno Norte	Água Fria de Goiás	Alto Paraíso de Goiás	Cabeceiras de Goiás	Flores de Goiás	Formosa/GO	Planaltina de Goiás	São João D'Aliação	Vila Boa/Go	Total
Academia da Saúde	1	0	1	1	2	1	1	1	8
Centro de Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unidade Básica de Saúde	3	4	3	5	17	28	4	2	67
USF	3	4	3	7	21	30	4	03	85
Ambulância	4	5	3	8 (1UTI)		6	0	3	
Samu UBS	0	1	1	1	3	1	0	1	8
Samu USA	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Samu Hortolândia	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Hospital municipal	0	1 (OS)	1	1	0	1	1	1	6
Caps I	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Caps II	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Caps ADIII	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Unidade odontológica móvel	0	0	0	1	2	1	1	0	5
Unidade médico odontológica	0	0	0	01	1	0	0	0	2
Unidade de coleta e transfusão	0	0	0	0	1	0	0	0	1
UPA Infantil	0	0	0	0	1	0	0	0	1
UPA Geral	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Serviço de saúde público domiciliar	0	0	0	1	1	1	0	0	3

Centro de especialidade	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Equipe Prisional	0	1	0	0	1	1	0	0	3
Farmácia municipal	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Farmácia de alto custo	0	0	0	0	1(SES)	0	0	0	1
Complexo Regulador do Entorno Norte	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Central de Regulação médica de Urgências	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-CEREST	0	0	0	0	1(Macro	0	0	0	1
Centro de Testagem e Aconselhamento-CTA	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Centro de Referência em Reabilitação-CER	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Centro de Especialidades Odontológicas-CEO	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Laboratório de Prótese Dentário	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Laboratório de Análises Clínicas municipal	1	1	1	1	1	1	1	1	8
Leitos de internação	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Leite Humano-BLH	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Fonte: Coordenação Regional de Atenção Primária/RSEN, 2024

2.0 Características das Ações e Serviços de Saúde

2.1 Coberturas da Atenção à Saúde da Região de Saúde

A Região, abrangendo uma população total de 287.800 habitantes, demonstra uma cobertura consolidada da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Atenção Primária à Saúde (APS) de 97%, e de Saúde Bucal de 88,09%. Esses percentuais indicam um desempenho regional globalmente satisfatório na provisão de serviços de atenção primária, predominantemente impulsionado pela alta cobertura observada nos municípios de menor porte.

No entanto, é crucial destacar que os déficits identificados em Formosa/Go e São João D'Aliança exercem um impacto negativo na média regional, notavelmente na área de saúde bucal. Essa discrepância ressalta a importância de estratégias direcionadas para mitigar as lacunas nesses centros urbanos maiores.

Adicionalmente, o indicador regional de População Coberta AB (Atenção Básica), que atinge 135,74%, corrobora a necessidade de um esclarecimento metodológico aprofundado. A superação da população total por este indicador sugere que a alocação de equipes de Atenção Básica pode ser superior ao dimensionamento populacional ou que os critérios de registro de usuários necessitam de revisão para garantir a precisão dos dados e a otimização dos recursos. (E-GESTOR ATENÇÃO BÁSICA, 2025).

Taxa 13: Cobertura da Atenção Básica (AB) Região de Saúde Entorno Norte - Goiás

Município	População 2024	Nº ESF	População coberta e SF	Cobertura APS	População coberta AB	Cobertura AB	Cob. Saúde Bucal
Água Fria de Goiás	4.991	3	100%	100%	9.000	181,67%	100%
Alto Paraíso de Goiás	10.936	4	100%	100%	12.000	116,44%	82,30%
Cabeceiras de Goiás	7.678	3	100%	100%	9.000	119,05%	100%
Flores de Goiás	14.156	7	100%	100%	21.000	152,79%	100%
Formosa/Go	120.478	25	93%	93%	112.500	93,37%	59,76%
Planaltina de Goiás	110.619	28	100%	100%	126.000	113,90%	81,36%
São João D'Aliança	14.757	4	81%	81%	12.000	81,32%	81,32%
Vila Boa/Go	4.185	3	100%	100%	9.000	215,05%	100%
Região	287.800	77	97%	97%	310.500	135,74%	88,09%

Fonte: e-Gestor Atenção Básica, 2025

2.1.1 Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar

As ações e serviços de Atenção Especializada estão divididos em três subcomponentes:

Atenção Ambulatorial Especializada (Policlínicas)

Compreende os cuidados ou tratamentos que extrapolam a capacidade de resolução dos serviços de atenção primária; Policlínica Estadual de Formosa, Policlínica Municipal de Formosa.

Odontologia Especializada

As ações e serviços da Assistência Odontológica Especializada e de Reabilitação Protética;

- ✓ CEO I e II, 01 Laboratório de Próteses Planaltina,
- ✓ CEO III 01 Laboratório de Próteses Formosa

Atenção Hospitalar

A rede de atenção hospitalar na região é composta por sete unidades hospitalares. Destas, seis são classificadas como de pequeno porte, e uma como de médio porte, a qual desempenha um papel crucial ao atender a demanda de toda a macrorregião Nordeste.

É relevante destacar a situação do município de Formosa. Apesar de ser um centro populacional significativo, não possui um Hospital Geral. A oferta de serviços de emergência e urgência restringe-se a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Infantil. Consequentemente, para emergências gerais, observa-se uma tendência da população em buscar diretamente o Hospital Estadual. Esse comportamento é corroborado por relatos frequentes de falhas no atendimento primário (AP), que, ao não resolverem as demandas iniciais, acabam por sobrecarregar os serviços hospitalares de maior complexidade.

A tabela subsequente detalha as unidades hospitalares por município, bem como suas respectivas habilitações. Essas informações foram compiladas a partir do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e validadas por meio do monitoramento mensal realizado pela regional Entorno Norte.

Tabela 14: Rede Hospitalar Por Região de Saúde-Entorno Norte/Goiás

Municípios	Hospitais	CNES	Esfera Administrativa	Leitos	Leitos de UTI	Atenção Domiciliar
Água Fria de Goiás	Centro de Saúde de Água Fria – Pronto Atendimento	2361507	Público	02/ Sala de Repouso/Observação/Indiferenciado 01/Sala de Acolhimento com Classificação de Risco 01/Sala de Atendimento a Paciente Critico/Sala de Estabilização	Não	Não
Alto Paraíso de Goiás	Hospital Municipal Gumerindo Barbosa	2342073	Público	10/Clínica Geral 02/Pediatria clínica	Não	Sim
Cabeceiras de Goiás	Hospital Municipal de Cabeceiras	2437597	Público	08//clínica Geral 04/pediatria clínica	Não	Não
Flores de Goiás	Hospital Municipal de Flores de Goiás	2535327	Público	05/clínico Geral 02/pediatria Clínica	Não	Sim
Formosa	Unidade de Pronto Atendimento - UPA	6722253	Público	-	Não	
Formosa	Hospital Regional Dr. César Saad Fayad	2534967	Público	6/Cirurgia Geral 18/Ortopedia traumatologia 21/Clínico Geral 02/Neonatologia 08/Saúde Mental 02/Cirúrgico/Diagnóstico/Terapêutico 12/Obstetrícia Clínica	20	Sim
	Luciano Chaves (Particular e Planos)	2535432	Privado		10	

Planaltina de Goiás	Hospital Municipal Santa Rita de Cássia Planaltina/Goiás	2437651	Público	08/Cirurgia Geral 02/Ginecologia 16/Clínica Geral 04/Obstetrícia Cirúrgica 08/Obstetrícia Clínica 05/Pediatria Clínica	Não	Sim
São João d'Aliança	Hospital Municipal Santa Madalena	2383381	Público	16/Clínica Geral 05/Obstetrícia Clínica 05/Pediatria Clínica	Não	Sim
Vila Boa/Go	Hospital Osvaldo Ribeiro de Moura	2439883	Público	07/Clínica Geral 02/Obstetrícia Clínica 04/Pediatria Clínica	Não	Sim

Fonte: cnes.datasus.gov.br/ acesso em outubro de 2024

2.1.1.2.5 Urgência e Emergência

A Rede de atenção às urgências é uma área que foi redefinida pela portaria nº 1.010 de 21 de maio de 2012, têm como proposta acelerar o cuidado à vítima após ter ocorrido um agravo à sua saúde. No Estado de Goiás são distribuídas 12 Bases Centralizadas sendo 11 integradas com as Centrais de Regulação de Urgência – CRU, somente a Região Central localizada no Município de Goiânia a regulação ocorre no Centro Integrado de Inteligência Comando e Controle – CIICC, essas centrais regulam os atendimentos de 96 Bases descentralizadas distribuídas de acordo com a densidade populacional, atendendo às 18 regiões de saúde do Estado.

2.1.1.2.6 Atenção Psicossocial

O componente da Rede de Atenção psicossocial/RAPS da Região de Saúde Entorno Norte, faz interface com a atenção primária e a rede hospitalar. Dessa forma, foi implantado conforme pactuações cinco Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que funciona como um ponto estratégico para a rede psicossocial. Sua abrangência partiu da resolução nº 71/2013 - CIR, que utilizou da lógica territorial de regionalização.

Em relação a RAPS, na região existem 2 CAPS I sendo 1 em Flores de Goiás e 1 em São João D'Aliança, 2 CAPSII em Planaltina de Goiás e 1 em Formosa e CAPS AD³ em Formosa.

2.1.1.2.7 Vigilância em Saúde

Serviços voltados a vigilância sanitária, epidemiológica, saúde dos trabalhadores, saúde ambiental, busca ativa, prevenção e promoção de saúde, inquéritos epidemiológicos, bloqueio de transmissão de doenças, controle de vetores.

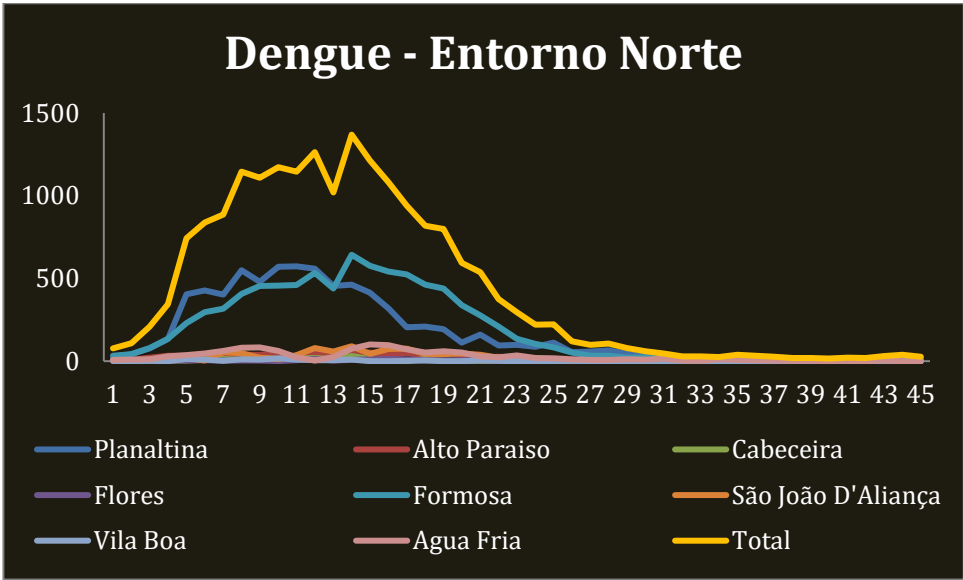
Os municípios desenvolvem suas ações de vigilância dentro da estratégia de prevenção e programas de controle específicos de cada agravo, conforme as notificações das Unidades entregue aos Núcleos de Vigilância onde são analisadas e acompanhadas e conforme necessidades providência tomada. Todas notificações são digitadas no SINAN/eSUS, bem como sistemas necessários.

A dengue apresenta-se como um grande problema na região. Segundo os dados do sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), apresentado pela

Vigilância em Saúde da Regional Entorno Norte, foram contabilizados 18.315 casos de dengue de janeiro até novembro de 2024, sendo que a maior concentração de casos se encontra no município de Formosa.

A região apresenta uma significativa variação sazonal, com maior incidência de notificação no mês de abril, o qual segundo o calendário epidemiológica refere-se a semana 14 conforme mostrado do gráfico. Cabe lembrar que o objetivo da Vigilância Epidemiológica é ser sensível a estas questões identificando precocemente e assim diminuir e minimizar os danos causados por essa doença.

Gráfico 03: Casos de Dengue Por Semana Epidemiológica, Por Ano - Região Entorno Norte -2024



Fonte: Sinan/SVS/MS

Tabela 15: Número de Salas de Vacinas, AÇÕES EM Saúde - 2024

Município	Quantidade de Salas de Vacinas no Município	Nº de salas de vacina Not. Negativa de ESAVI	Nº ESAVI notificados no município
ÁGUA FRIA/GO	1	1	0
ALTO PARAÍSO DE GOIAS	2	2	0
CABECEIRAS DE GOIÁS	3	3	0
FLORES DE GOIÁS	5	5	0
FORMOSA/GO	18	17	1
PLANALTINA DE GOIÁS	22	22	0
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	3	2	0
VILA BOA/GO	1	1	0

Fonte: Coordenação de Vigilância em Saúde/RSEN, extraída em janeiro de 2024

Vigilância em Saúde Ambiental

Todos os municípios da Regional garantem o acesso à água tratada, submetendo-a a análises de qualidade constantes para consumo humano. A Vigilância Sanitária desempenha um papel ativo na fiscalização e no acompanhamento dessas atividades em diversas localidades.

Destaca-se que os municípios de Formosa e Planaltina possuem secretarias com melhor estrutura e maior atuação nas áreas de saneamento e vigilância, o que pode indicar uma maior capacidade de resposta e controle nessas regiões.

Vigilância em saúde do Trabalhador.

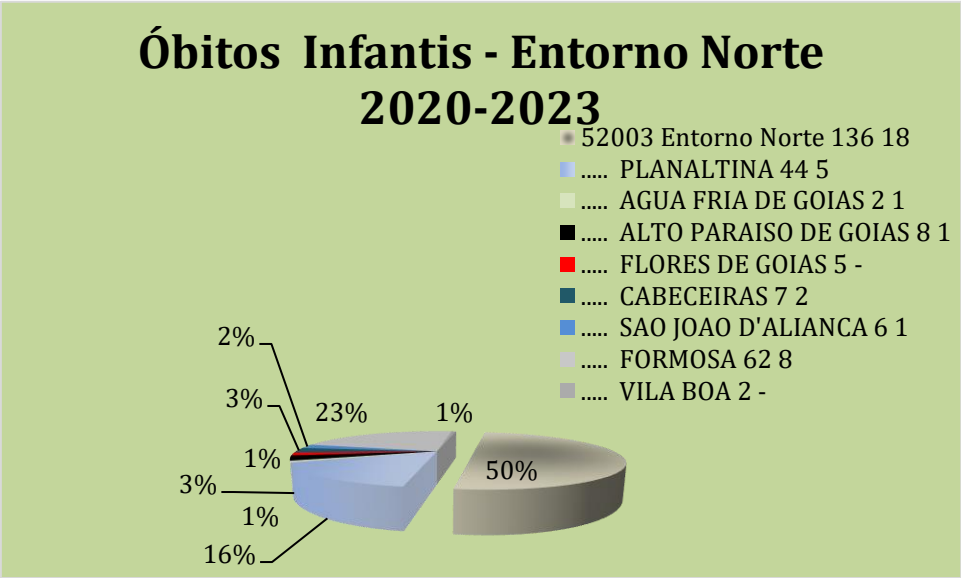
Os municípios da região realizam suas atividades de vigilância em saúde em colaboração com a Vigilância Sanitária local.

Uma exceção notável é Formosa, que abriga o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Este centro não apenas atende às demandas de Formosa, mas também presta suporte especializado a toda a Macro Nordeste goiana, configurando-se como um polo de referência regional.

Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços de Saúde.

A vigilância em saúde opera ativamente em todos os municípios, com ações alinhadas às normas estabelecidas pela Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA). O trabalho foca na prevenção e promoção da saúde, em colaboração com a Vigilância Epidemiológica. As principais áreas de atuação incluem o monitoramento e investigação de óbitos maternos, óbitos infantis, e óbitos por causas mal definidas.

Gráfico 04: Série histórica de Mortalidade Infantil, Por Região de Saúde, 2020-2023+



Quadro: Óbitos Maternos da Entorno Norte 2020-2024

Municípios	Anos				
	2020	2021	2022	2023	2024
Água Fria de Goiás	0	0	0	0	0
Alto Paraíso de Goiás	0	0	0	0	0
Cabeceiras de Goiás	0	0	0	0	0
Flores de Goiás	0	0	0	0	0
Formosa/Go	2	5	1	0	1
Planaltina de Goiás	1	3	0	2	0
São João D’Aliança	0	0	0	0	0
Vila Boa/Go	1	0	0	0	0

Fonte: Painel de Inovação da SES/GO

Educação Permanente em Saúde

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), regulamentada pela Portaria MS nº 1996/2007, institui a Comissão Integrada de Ensino-Saúde (CIES) no âmbito da Comissão Intergestores Regional (CIR). A função desses organismos é garantir a contínua qualificação dos profissionais e a melhoria dos serviços do SUS, alinhando-se aos objetivos do Pacto pela Saúde.

Tabela 16: Implantação dos Núcleo de Educação Permanente – Entorno Norte -Goiás

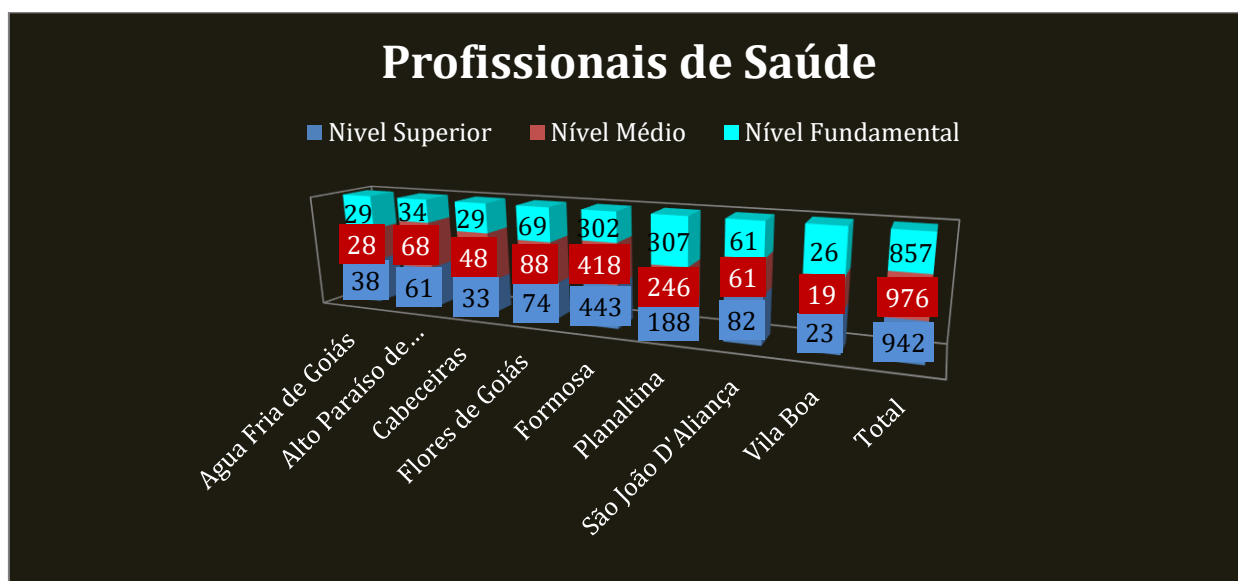
Municípios	NESP	Decreto e Portaria
Água Fria de Goiás	Não	Não
Alto Paraíso de Goiás	Implantado	Portaria nº 001/2023 de 25/10/2023 - Coord..Ed Permanente Portaria nº002/2023 25/10/2023- Composição do NEP do município
Cabeceiras de Goiás	Implantado	Portaria nº 1243/2023 de 16/10/2023-Coord.Ed Permanente Portaria nº1244/2023 16/10/2023- Composição do NEP do município
Flores de Goiás	Implantado	Portaria nº 1678/2024 de 01/01/2024-Coord.Ed Permanente Portaria nº1678/ 01/01/2024/2024- Composição do NEP do município
Formosa/Go	Implantado	Portaria nº106/2023 10/08/2023- Composição do NEP do município
Planaltina de Goiás	Implantado	Portaria nº 258/2023 de 25/10/2023-Coord.Ed Permanente Portaria nº257/2023 25/10/2023- Composição do NEP do município
São João D'aliança	Implantado	Portaria nº006/2024 de 27/03/2024 -Coordenador e Equipe
Vila Boa/Go	Não	Não

Nos municípios de Água Fria de Goiás e Vila Boa/Go, onde não há um Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NESP) formalmente estabelecido, a estrutura da Educação Permanente em Saúde (EPS) é garantida pela presença de um Coordenador ou Responsável específico por essa área.

Quanto às ações de qualificação, estas são direcionadas a cada coordenação municipal de saúde, sendo promovidas pelo nível central da Secretaria Estadual de Saúde. As qualificações são oferecidas em formatos variados: presencialmente em Formosa, que funciona como sede da Regional de Saúde, ou de forma híbrida (combinando presencial e online).

Em algumas dessas qualificações, são utilizados multiplicadores da própria regional, o que contribui para a disseminação do conhecimento e a sustentabilidade das ações de educação permanente no território.

Gráfico 05: Profissionais de Saúde, Região de Saúde Entorno Norte/Goiás



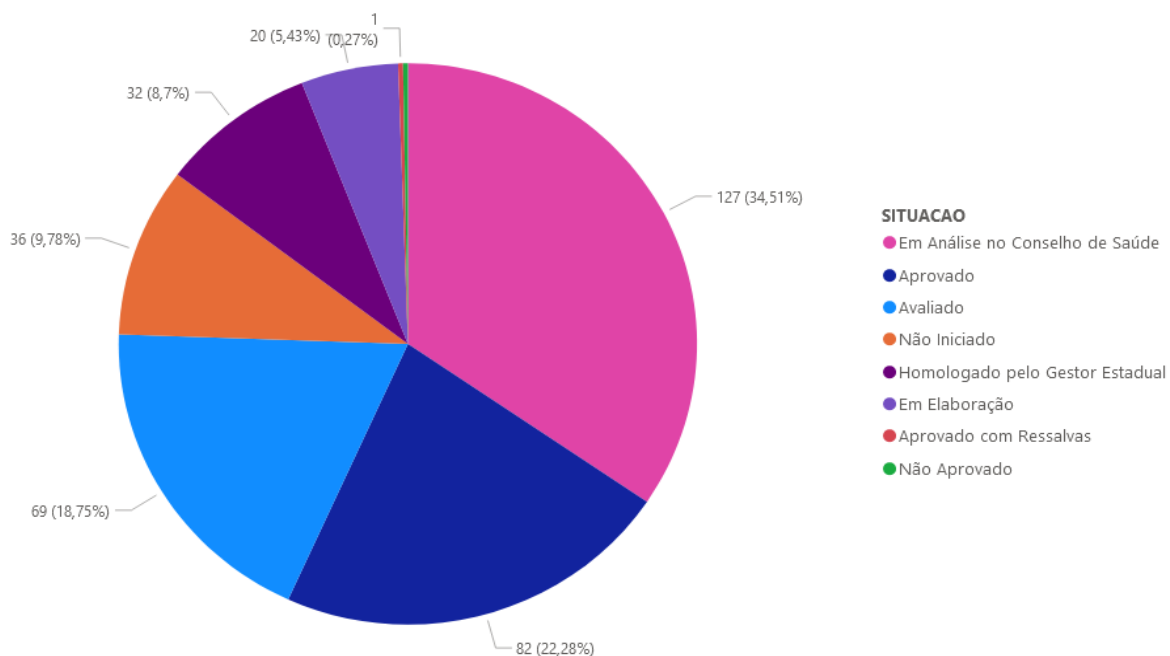
Fonte: CNES DATASUS, acesso entre 03/09/2024 à 09/11/2024

O gráfico apresentado ilustra a distribuição dos profissionais de saúde por nível de escolaridade (Nível Superior, Nível Médio e Nível Fundamental) da região, bem como o total consolidado.

Ao analisar, observa-se que os profissionais de Nível Médio constituem a maior parcela da força de trabalho em saúde. O Nível Superior segue de perto, indicando uma significativa presença de profissionais com formação acadêmica. Embora os profissionais de Nível Fundamental representem o menor grupo, sua contribuição ainda é considerável. A proximidade numérica entre os profissionais de Nível Superior e Nível Médio no total regional sugere uma estrutura de saúde que busca um equilíbrio entre a expertise de profissionais altamente qualificados e o suporte técnico essencial para a operacionalização dos serviços.

Gráfico 17: Indicadores de Gestão

O gráfico ilustra a distribuição percentual e absoluta das diferentes situações em que se encontram os instrumentos de Planejamento do SUS na região.



Fonte: retirado em 07/2025 do PowerBI/planejamento/goiás

Observa-se que o maior volume de itens encontra-se "Em Análise no Conselho de Saúde" (34,51%) indica um possível gargalo que requer revisão da capacidade do conselho ou reforço de recursos. O percentual elevado de "Não Iniciados" (18,75%) sugere a necessidade de identificar causas e adotar medidas para estimular o início dos processos. Por outro lado, a proporção de itens "Aprovados" (22,28%) demonstra eficiência nas etapas de aprovação. Já os "Homologados pelo Gestor Estadual" (8,7%) refletem validação formal em instâncias superiores, fortalecendo a legitimidade dos processos de Planejamento.

Em suma, o gráfico aponta para a necessidade de otimizar os fluxos de trabalho, especialmente no que tange à análise pelos conselhos e ao início dos processos, a fim de aumentar a eficiência e a conclusão dos itens em questão.

Identificação dos Problemas de Saúde

Para aprimorar a saúde na Região Entorno Norte, foi crucial identificar os principais problemas enfrentados pela gestão e pelos serviços locais. Esses desafios, que impactam diretamente o processo de trabalho, foram agrupados em eixos temáticos para uma análise mais detalhada:

Tabela 18: Eixos Temáticos e Problemas

Eixos	Problemas
Diagnóstico Permanente (Gestão em Saúde)	Alta rotatividade de profissionais, o que dificulta a continuidade das ações e a formação de equipes estáveis. Falta de interesse dos gestores em participar de capacitações, comprometendo o alinhamento com as políticas e diretrizes. Baixa adesão dos servidores às capacitações sobre sistemas de informação, impactando a qualidade dos dados. Pouco conhecimento dos instrumentos de gestão pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS), limitando sua atuação no controle social.

	Baixa adesão dos gestores às capacitações, indicando uma lacuna no desenvolvimento de lideranças.
Saúde da Família	Baixa adesão aos Protocolos Operacionais Padrão (POPs) e dificuldade em implementá-los onde já existem. Dificuldades na integração das equipes de trabalho, afetando a coordenação do cuidado. Baixa adesão de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) a capacitações, limitando sua atualização e qualificação. Baixa adesão a capacitações sobre as políticas de Atenção Básica, resultando em lacunas no conhecimento das diretrizes. Necessidade de melhorar o acolhimento e humanizar o atendimento nas Unidades de Saúde. Baixa capacidade resolutiva da Atenção Primária, levando a encaminhamentos desnecessários e sobrecarga de outros níveis de atenção. Falhas no registro das informações em saúde, comprometendo a análise e o planejamento. Pouca utilização dos protocolos clínicos como referência para padronização de condutas. Desconhecimento do fluxo de atendimento para a Rede Psicossocial, causando entraves na saúde mental.

	Encaminhamentos desnecessários ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), evidenciando a necessidade de qualificação na triagem. Falta de incentivo financeiro para os profissionais, impactando a motivação e a fixação de equipes. Busca excessiva por consultas pelo mesmo paciente sem concluir o tratamento, indicando falhas no acompanhamento. Utilização inadequada de medicamentos por idosos, um risco para a saúde da população idosa.
Vigilância Epidemiológica	alta de aplicação de dados para implantação e avaliação de políticas de saúde locais, dificultando a tomada de decisões baseada em evidências. Falta de integração da vigilância sanitária com a atenção básica, prejudicando a articulação das ações. Baixa adesão a capacitações em vigilância em saúde para profissionais da vigilância epidemiológica, equipes de Saúde da Família (ESF) e da área hospitalar. Falta de integração nos sistemas de informação para monitoramento de dados mais ágil. Falta de adesão aos protocolos de vigilância. Não monitoramento de indicadores, impossibilitando a avaliação de resultados. Resistência dos profissionais em receber qualificação, um desafio cultural que precisa ser superado.

	Falta de fluxo claro entre a Atenção Primária à Saúde (APS), atenção especializada e o hospital, gerando desorganização na rede. Classificação de risco ausente em alguns municípios, comprometendo a priorização dos atendimentos.
--	---

Tabela 31: Problemas Identificados referentes aos programas

Programas	Identificação dos Problemas
Imunização	Baixa cobertura de vacinação na região. Dificuldade dos profissionais das salas de vacinas nos processos de trabalho diários. Dificuldades para realizar a busca ativa de pessoas que precisam ser vacinadas. Rejeição à vacina por parte de alguns usuários, um desafio que exige estratégias de comunicação e educação.
Doenças transmissíveis	Ações de controle da hanseníase pouco efetivas; Falta de orientação adequada aos usuários, favorecendo recidivas; Dificuldades na execução do plano de controle da tuberculose.
Zoonoses	Baixa cobertura vacinal na Zona Rural. Barreiras geográficas e dificuldades de acesso às áreas mais remotas.
	Subnotificação dos casos de violência;

Vigilância das Violências	Desconhecimento da população sobre os canais de denúncia; Pouco conhecimento dos profissionais sobre os marcos legais, dificultando o acolhimento e a orientação às vítimas.
Hipertensão Diabetes	Falta de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para acompanhamento domiciliar, ampliando áreas descobertas; - Acompanhamento irregular de usuários com doenças crônicas; - Fragilidade na estratificação de risco e no planejamento do cuidado.
SIM - SINASC	Ausência ou atraso na investigação de óbitos maternos e infantis; Preenchimento e digitação inadequados das Declarações de Óbito (DO) e Nascido Vivo (DN); Falta de atualização em tempo hábil nos sistemas.
Alimentação e Nutrição	Baixa adesão às ações educativas sobre alimentação saudável; Falta de estratégias de comunicação eficazes para orientar a população.
SINAN	Notificações incompletas ou incorretas; Desconhecimento dos profissionais quanto ao preenchimento das fichas; Déficit de pessoal específico para digitação e alimentação do sistema.
Vigilância Ambiental	Ações de controle de vetores com baixa qualidade técnica; Subnotificação de agravos relacionados ao meio ambiente; Falta de recursos e investimentos na área.
Saúde do Trabalhador	Ausência de notificações relacionadas a agravos do trabalho; Desinformação dos trabalhadores sobre seus direitos; Insegurança dos profissionais ao registrar ocorrências.

Vigilância Sanitária	Execução parcial do Plano de Ação da VISA; Inexecução do SISAGUA; Ausência de cadastro de estabelecimentos nos sistemas Vigiar e Vigisolo; Falta de fiscais atuantes na regional.
Vigilância em Saúde	Dados inconsistentes ou com baixa qualidade; Pouco uso das informações para tomada de decisão; Erros de digitação e análise insuficiente dos dados pelos profissionais, importância dos dados Erros de digitação
Programa SISPRENATAL	Baixa estratificação de risco das gestantes; Baixa adesão das gestantes às consultas, especialmente no início da gravidez; Dificuldades de acesso devido à grande quantidade de áreas descobertas.
Saúde Bucal	Alta rotatividade de profissionais nas equipes de saúde bucal; Falta de materiais educativos para promoção da saúde bucal; Desconhecimento sobre prevenção e diagnóstico precoce de doenças bucais; Déficits no acolhimento e no atendimento humanizado.

3.0 Caracterização da necessidade de formação em saúde

A formação em saúde é fundamental para qualificar os profissionais do SUS e garantir um atendimento mais eficaz e humanizado. Essas ações educativas fazem parte das estratégias do SUS e devem ser organizadas de acordo com as necessidades específicas de cada região, considerando as realidades vividas por trabalhadores e usuários como ocorre na Região de Saúde Entorno Norte.

A Educação Permanente em Saúde promove a conscientização dos profissionais sobre a importância de seu papel no cuidado e na gestão. Por meio de projetos focados em problemas concretos, é possível construir estratégias efetivas, alinhar ações

às demandas locais e assegurar o cumprimento de metas e objetivos, fortalecendo, assim, os serviços prestados à população.

5.0 Priorização dos problemas encontrados

A partir da identificação e análise dos principais desafios enfrentados na região, utilizamos a matriz RUFV como ferramenta de priorização. Com base nos resultados, foram definidas as áreas estratégicas que demandam qualificação, com foco na melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados. As ações priorizadas são:

- ✓ Capacitar os profissionais da Atenção à Saúde e da Vigilância em Saúde para o uso adequado dos sistemas de informação em saúde, bem como para a análise e avaliação de indicadores, fortalecendo o planejamento e a tomada de decisões baseadas em evidências;
- ✓ Promover a humanização do atendimento, por meio da qualificação dos profissionais para uma abordagem mais empática, acolhedora e centrada no usuário, respeitando suas necessidades e singularidades;
- ✓ Fortalecer o trabalho em equipe, qualificando os profissionais para atuarem de forma integrada e colaborativa, promovendo maior eficiência nos processos de trabalho e melhor resolutividade nos atendimentos;
- ✓ Capacitar gestores e demais profissionais da saúde para o domínio dos sistemas e ferramentas de gestão existentes, ampliando sua capacidade de liderança, organização e tomada de decisão em nível local e regional.

Essas ações representam passos essenciais para o fortalecimento da atenção à saúde na Região Entorno Norte, contribuindo diretamente para a melhoria dos indicadores e a efetivação de políticas públicas mais eficazes.

6.0 Atores envolvidos:

Gestores e técnicos municipais, Coordenadores e técnicos regionais.

7.0 Relação entre os Problemas e as Necessidades de Educação Permanente em Saúde

Analisar as demandas de educação para a saúde já representa um avanço significativo, pois esse processo visa uma saúde mais digna e justa tanto para os profissionais quanto para os usuários. Embora a região do Entorno Norte apresente algumas características gerais, há pontos específicos que a distinguem, sobretudo em relação à educação em saúde. Essa abordagem é fundamentada na compreensão das necessidades locais, da capacidade instalada, das lacunas assistenciais e dos recursos disponíveis.

De acordo com o Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde de Goiás (2019-2022), a coordenação, os debates, as decisões políticas e a avaliação do processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) têm na CIES (Comissão Integrada de Ensino em Saúde) seu locus legal. Para tanto é importante ressaltar que, apesar de a Regional de Saúde Entorno Norte ter a CIES implantada em todos os municípios, nenhuma delas foi estruturada conforme a portaria, o que demanda atenção e esforços para sua devida regulamentação e funcionamento.

Produtos e Resultados Esperados

Os produtos a serem desenvolvidos devem estar alinhados com os projetos educativos aprovados pela Comissão Intergestores Regional. As propostas elencadas no plano devem obedecer a indicadores claros, como a quantidade de atividades executadas e o total de profissionais participantes. Além disso, é fundamental estabelecer uma ligação entre os objetivos e metas, comparando o início das atividades com os resultados efetivamente alcançados, observando os pontos críticos e os avanços conquistados. Mesmo que a região ainda não esteja totalmente estruturada, ela segue buscando uma base sólida, comprometida e participativa, vislumbrando os seguintes resultados:

- ✓ Equipes mais preparadas para melhorar o atendimento à população.
- ✓ Melhora nos indicadores de saúde regionais.
- ✓ Uso efetivo dos diagnósticos situacionais para o planejamento de ações.
- ✓ Humanização do atendimento para com os usuários.
- ✓ Melhor integração da equipe de saúde.
- ✓ Agilidade no fluxo de atendimento.
- ✓ Abertura para inovações e mudanças no ambiente de trabalho.
- ✓ Compreensão clara do funcionamento das redes de atenção à saúde.
- ✓ Melhores informações direcionadas aos usuários, promovendo a autonomia e o autocuidado

Tabela 19: Proposta de Ações de Educação Permanente em Saúde para os Anos de 2024 – 2027 –Região Entorno Norte						
Ordem	Ação	Responsável pela Solicitação	Assunto	Alvo	Executante	Prioridade
1	Campanhas educativas	SMS	Realizar campanhas educativas em escolas, redes sociais e rádios com divulgação de locais e horários de vacinação para melhorar o acesso.	População geral	SMS	1ª
2	Treinamento em Vacinação		Treinar profissionais das salas de vacinas e UBS com simulações práticas de leitura e atualização de cadernetas.	Equipe da ESF e Vigilância	SUVISA e RSEN	1ª
3	Apresentação em CIR	Regional	Inserir pauta mensal nas câmeras técnicas da CIR para monitoramento das coberturas vacinais.	Gestores, técnicos municipais e Cosems	Coordenador municipal de vigilância e RSEN	1ª
4	Capacitação em Saúde	Regional	Promover capacitação sobre atendimento	Equipe multiprofissional de assistência	Equipes da SAIS/RAPS	3º

			psicossocial.	psicossocial e AP.		
5	Oficinas em Saúde Mental	SMS	Realizar oficinas semestrais com foco em formação continuada e satisfação do usuário.	Equipe multiprofissional de assistência psicossocial e Estratégia da saúde da Família	RAPS e RSEN.	3ª
6	Curso ead	SMS	Ofertar cursos auto instrucionais com horários protegidos.	Equipes da AP, Especializada e Hospitalar.	Unasus.	4ª
7	Oficina em Saúde Bucal	SMS	Realizar oficinas sobre processos de trabalho em saúde bucal na APS.	Odontólogo, TSB, ASB e gestores locais.	Equipes da SAIS, RSEN	4ª
8	Curso: Manejo Ambiental	SMS	Orientação técnica sobre a Importância do manejo ambiental em tempo oportuno	Equipe da ESF e Vigilância,	RSEN	3ª
9	Pedágio Educativo	SMS	Realizar ações educativas com distribuição de materiais em locais estratégicos.	Sociedade	Equipes de gestão local e RSEN.	3ª
10	Oficina:	SMS	Capacitar gestores e	Gestores,	SES/Cosems	5ª

	Instrumentos/Legislação do SUS		coordenadores sobre a elaboração e Fluxo de Apreciação dos Relatórios RDQA e RAG.	Coordenadores da Educação permanente. Técnicos e RSEN.	/RSEN	
11	Fórum Regional de Gestão	RSEN	Promover fórum para debate dos instrumentos de gestão.	Gestores e técnicos	SES/Cosems /RSEN	5ª
12	Oficinas sobre Processos de Trabalho na APS	Município	Capacitar técnicos e auxiliares para aperfeiçoamento das práticas na APS.	Técnicos e Auxiliares da AB	Multiplicadores municipais	1ª
13	Capacitações c/multiplicadores	Equipes da SAIS, SUVISA, RSEN	Formar multiplicadores sobre a nova Política Nacional da Atenção Básica.	Enfermeiro e/ ou servidor com perfil de multiplicador para disseminar o conteúdo as equipes de saúde	Equipe multidisciplinar da SES/GO e RSEN	1ª
14	Oficina Interdisciplinar de Integração	SMS/RSEN	Integrar a APS com educação permanente e atenção especializada por meio de oficinas práticas.	Agentes administrativos, equipe multiprofissional de assistência primária, secundária e terciária.	Equipe multidisciplinar da SES/GO e RSEN	1ª
15	Oficina mensal	SMS	Avaliar o bem-estar das	Equipes da Atenção	SMS e RSEN	1ª

	temática		equipes e ajustar estratégias com base em feedbacks.	primária, educação permanente.		
16	Curso EAD: Notificação Compulsória	SMS	Sensibilizar as equipes sobre notificação, investigação e encerramento de casos.	Coordenadores, Enfermeiros, Técnicos e auxiliares de enfermagem das APS.	UEG,	1ª
17	Oficina: Armazenamento de Insumos	Equipe da gestão local	Capacitar profissionais sobre fluxo e armazenamento adequado de medicamentos e imunobiológicos.	Estratégia da saúde da Família, Farmacêutico, Técnico e Auxiliar de Farmácia.		1ª
18	Oficina sobre Padronização de Procedimentos	SMS	Conscientizar sobre a importância da aplicação do Manual de Procedimentos Padrão.	Técnicos e auxiliares de enfermagem	Multiplicadores municipais/Cosems e RSEN	1ª
19	Divulgação de Cursos	SMS	Encaminhar solicitações e ofertas de cursos por canais institucionais.	Técnicos e auxiliares de enfermagem	RSEN	1ª

7.0 Processo de Avaliação do Plano

A avaliação deste Plano será orientada por um processo pedagógico participativo, que considerará tanto o diagnóstico situacional da região quanto os objetivos estratégicos propostos. Para cada ação planejada, o colegiado responsável, em articulação com as instâncias demandantes e executoras, irá acompanhar, monitorar e registrar o cumprimento parcial ou total das metas estabelecidas.

Indicadores qualitativos e quantitativos serão utilizados para mensurar os resultados alcançados, permitindo ajustes oportunos e replanejamento sempre que necessário. Relatórios de progresso, atas de reuniões e registros de participação compõem o portfólio de monitoramento.

8.0 Recursos envolvidos para execução do Plano

A viabilidade de execução do plano será analisada com base nos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e estruturais disponíveis nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Devem ser considerados:

- ✓ Recursos financeiros: oriundos do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) e das Secretarias Municipais de Saúde;
- ✓ Infraestrutura: espaços físicos para oficinas, salas de reunião, equipamentos de informática, internet e materiais de apoio pedagógico;
- ✓ Recursos humanos: equipes técnicas, facilitadores e multiplicadores municipais e regionais;
- ✓ Recursos tecnológicos: plataformas de ensino a distância, sistemas de informação em saúde, equipamentos audiovisuais;
- ✓ Tempo protegido: para participação efetiva dos profissionais nas atividades de capacitação.

O plano também prevê a articulação intersetorial e a mobilização de parcerias institucionais para otimizar os recursos disponíveis, garantindo a efetividade e a continuidade das ações propostas.

9.0 Tabela 20: Recursos envolvidos para execução do Plano

Ações/Atividades	Recursos	Produto/Meta/Indicador	Resultado/Meta/Indicador
1- Realizar palestras em escolas públicas e divulgar em instituições privadas, empresas e demais segmentos sociais sobre a importância da vacinação.	Material didático (panfletos, banners, folders)	Abranger 100% das escolas públicas e privadas da região.	Conscientizar sobre a importância da imunização como estratégia de prevenção em saúde.
2- Capacitar profissionais das salas de vacina e equipes da APS para leitura e atualização das cadernetas de vacinação.	Local, data show, notebook, xerox, material didático, vídeos, estudos de caso, coffee breake matutino e vespertino.	Atualizar 100% dos cartões de vacinação de crianças menores de 6 anos nas áreas de cobertura da ESF.	Ampliar a cobertura vacinal e fortalecer a resolutividade da APS.
3- Inserir pauta mensal nas reuniões de CIR sobre as coberturas vacinais para discussões e redirecionamentos das ações.	data, show, notebook, coffee breake	Apresentação dos dados vacinais em 100% das reuniões da CIR.	Sensibilizar os gestores para o fortalecimento das ações de imunização.

4- Promover capacitações, sobre o atendimento psicossocial	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos coffee breake matutino e vespertino matutino e vespertino;	Capacitar 90% dos profissionais da RAPS como multiplicadores.	Contribuir melhoria dos processos de trabalho da RAPS
5-Promover capacitações sobre atendimento psicossocial.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Capacitar, no mínimo, 90% dos profissionais dos CAPS e da APS.	Fortalecer e contribuir para um atendimento psicossocial mais humanizado.
6-Oferecer cursos auto instrucionais de capacitação à distância.	-	Alcançar, no mínimo, 70% dos trabalhadores da saúde da região de saúde do Entorno Norte.	Ampliar o acesso à capacitação continuada para os profissionais.

7 - Realizar oficinas sobre o processo de trabalho em saúde bucal na APS	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Capacitar 100% das equipes de saúde bucal da APS, AOE e reabilitação protética.	Fortalecer as ações de promoção e prevenção em saúde bucal.
8-Realizar orientações técnicas sobre manejo ambiental oportuno.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Ofertar orientação para 100% dos ACES, ACE e Núcleos de Vigilância municipais.	Reduzir a proliferação do Aedes aegypti na região.
Realizar pedágios educativos com distribuição de material informativo.	Material didático, folders	Ações realizadas em períodos críticos conforme cronograma.	Ampliar a conscientização sobre prevenção de endemias.
10 Realizar oficina sobre a legislação do SUS, elaboração e Fluxo de Apreciação dos Relatórios de Gestão (RDQA e RAG)	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Aumentar em 10% o número de dados atualizados no sistema DigiSUS.	Fortalecer a gestão local e a transparência do SUS.

11- Promover fórum regional sobre instrumentos de gestão do SUS.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Qualificar 100% dos conselheiros de saúde da região.	Melhorar a elaboração e efetividade dos instrumentos de planejamento do SUS.
12- Realizar oficinas para aperfeiçoamento dos processos de trabalho na APS.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Capacitar 80% dos profissionais da APS.	Aprimorar o desempenho da APS e reduzir agravos evitáveis.
13- Capacitar multiplicadores sobre a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	90% dos profissionais com perfil multiplicador capacitados com 100% de aproveitamento.	Melhorar o acesso e a resolutividade da APS.

14- Promover oficinas intersetoriais sobre protocolos e fluxos de atendimento entre a APS, EPS e atenção especializada.	Local, data, show, notebook, xerox, material didático, vídeos coffee breake matutino e vespertino	100% dos profissionais da APS capacitados nos fluxos de atendimento regionais.	Garantir a integração e a continuidade do cuidado.
15- Realizar oficinas temáticas mensais para integração de equipe, coleta de feedback e avaliação do bem-estar dos trabalhadores.	Local, data, show, notebook, material didático.	Implantar oficinas em, no mínimo, 50% das UBS da região.	Promover um ambiente de trabalho mais integrado e resolutivo.
16- Oferecer capacitações sobre notificações compulsórias e encerramento de casos.	Local, data, show, notebook, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Capacitar 100% dos profissionais da APS.	Aumentar o número de casos notificados e encerrados oportunamente.

17- Capacitar profissionais sobre fluxo e armazenamento adequado de medicamentos e insumos biológicos.	Local, data, show, notebook, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Capacitar 100% dos profissionais da APS: farmacêuticos, técnicos, auxiliares e vacinadores.	Garantir a qualidade e segurança no manejo de insumos.
18 - Promover oficina sobre uso do Manual de Padronização de Procedimentos.	Local, data, show, notebook, material didático, vídeos, coffee breake matutino e vespertino	Capacitar 100% dos profissionais da APS e Vigilância em Saúde.	Garantir a padronização e qualidade dos serviços de saúde.
19 - Encaminhar solicitações e ofertas de cursos via aplicativos de mensagem.	Whatsapp	100% dos profissionais da saúde informados e contemplados.	Ampliar o acesso às oportunidades de formação e atualização profissional.

CONCLUSÃO

A elaboração do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde (PA-REPS) da Região Entorno Norte evidenciou discussões fundamentais sobre os desafios enfrentados pelos serviços de saúde no território. Tornou-se evidente que, para a implementação de políticas públicas eficazes, que respeitem os marcos legais e atendam às reais necessidades da população é necessário considerar as disparidades existentes entre os municípios da região.

Atualmente, a saúde no Entorno Norte é afetada por entraves significativos. Entre eles, destacam-se a ausência de universalização dos sistemas de informação em saúde, como o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e o e-SUS APS, a subnotificação de dados e o uso limitado das informações disponíveis como ferramenta de planejamento e tomada de decisão. Esses problemas comprometem a eficiência dos serviços públicos e demandam ações estruturadas e coordenadas.

A falta de um planejamento integrado, somada à descontinuidade de ações estratégicas e à fragilidade no uso dos sistemas de informação, limita a capacidade de resposta dos serviços às demandas da população. Superar esses desafios requer o fortalecimento da governança regional, com ênfase na qualificação das equipes gestoras e técnicos, na melhoria dos processos de registro em saúde e na utilização sistemática dos dados como base para decisões mais assertivas.

Diante disso, torna-se imprescindível retomar e consolidar a agenda da Educação Permanente em Saúde, promover a articulação entre as redes de atenção, ampliar os investimentos e incentivar a cooperação entre os entes federativos. Esses elementos são fundamentais para que o processo de regionalização cumpra seu papel como instrumento de organização e desenvolvimento sustentável do território.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento da saúde pública na Região Entorno Norte depende diretamente da implementação de políticas públicas planejadas, articuladas e sustentáveis. A superação dos desafios exige corresponsabilidade e

compromisso efetivo de todas as esferas de gestão, assegurando a continuidade das ações e o alinhamento com as reais demandas da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sugestões

Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Portaria MS Nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2007).

Portaria Nº 2.048, de 03 de setembro de 2009, que aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria MS Nº 2.953, de 25 de novembro de 2009, que define recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Educação Permanente em saúde, e dá outras providências.

Decreto Nº 7.580, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde-SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.

Portaria GM/MS Nº 2.135, de 25 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria Nº 3.194, de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS – PRO EPS-SUS. O PRO EPS-SUS tem como objetivo geral estimular, acompanhar e fortalecer a qualificação profissional dos profissionais da área da saúde para a transformação das práticas de saúde em direção ao atendimento dos princípios fundamentais do SUS, a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho (BRASIL, 2017).

Portaria Nº 3.342, de 07 de dezembro de 2017, que divulga lista dos entes federados habilitados ao recebimento do incentivo financeiro de que trata a Portaria nº 3.194/GMS/MS, de 27 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017).

Portaria Nº 358/2018 – SES, que resolve designar os servidores da Secretaria de Estado da Saúde para compor o Grupo Técnico Estadual – GTE. Este grupo tem a função de Elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente, que deverá estar em consonância com as prerrogativas previstas no âmbito do PRO EPS-SUS, com vistas a fortalecer as práticas de Educação Permanente em Saúde, apoiar as ações a

nível regional, bem como monitorar e acompanhar as atividades previstas pelo programa (BRASIL, 2018).

Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS, 2006, Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, Brasília-DF.

Resolução CESGO Nº 07/2015, que dispõe sobre as “Diretrizes para Política Estadual de Educação Permanente para Participação e Controle Social” e dá outras providências.

<https://goias.gov.br/turismo/wp-content/uploads/sites/4/2023/12/Relatorios-das-Areas-de-Risco-do-Estado-de-Goiias.pdf>

Manual Técnico do PRO EPS-SUS, Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS, que tem como objetivo principal apresentar orientações técnicas para o desenvolvimento das ações previstas para o PRO EPS-SUS, facilitando a execução das atividades de EPS no Distrito Federal e municípios, bem como na elaboração do Plano Estadual de EPS nos estados e Distrito Federal (BRASIL, 2018).

Manual de Orientações - Planejamento das Ações de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde, para apoiar o processo de planejamento, este manual contendo orientações para subsidiar a elaboração do Plano de Educação Permanente em Saúde (PEPS), em cada estado/município das diversas regiões do país e no Distrito Federal (BRASIL, 2018)

Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do Estado de Goiás 2019-2022

Lemos CLS. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? *Ciência coletiva* [Internet]. 2016 Mar;21(3):913–22. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182015>

ANEXOS

Anexo I Resolução de aprovação do PAREPS pela CIR REGIONAL

Anexar aqui a resolução de aprovação do PAREPS pela assembleia da CIES Regional



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA -CIR ENTORNO NORTE

Resolução 003, de 10 de julho de 2025.

Aprova a Plano Regional de Educação
Permanente da Região Entorno Norte.

O Coordenador da Regional Entorno Norte e a Coordenadora da Comissão Intergestores Regional Entorno Norte, no uso das atribuições regimentais que lhe foram conferidas e considerando:

1. A Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
2. A Portaria MS/GM nº 1.996 de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, no que diz os Art. 2º, 4º e 6º da referida Portaria e seu Anexo II, onde se aplica das Diretrizes Operacionais para a Constituição e Funcionamento das Comissões de Integração Ensino-Serviço.
3. O Decreto nº. 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1.990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação interfederativa e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar em Reunião Ordinária do dia 10 de Julho de 2025, O Plano Regional de Educação Permanente em Saúde PAREPS para a Região Entorno Norte, e as metas para o período de 2024-2027.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

FORMOSA - GO, aos 10 dias do mês de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELA BORGES MENESES
Data: 11/07/2025 10:33:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Daniela Borges Meneses
Coord. da Comissão Intergestores Regional

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE VIEIRA DE SOUSA
Data: 11/07/2025 14:54:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Henrique Vieira de Sousa
Coordenador Geral Regional Entorno Norte

SECRETARIA EXECUTIVA -CIR ENTORNO NORTE
AVENIDA PEDRO MONTEIRO GUIMARÃES Nº 480, S/C, - Bairro SETOR
FERROVIÁRIO - FORMOSA - GO - CEP 73805-015 - .



Referência: Processo nº 202500010048969



SEI 76887808